



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO
NA CARREIRA DA MAGISTRATURA
EDITAL N. 19/2014**

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DO CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e, com fundamento no item 10.4 do Edital n. 3/2013, que deflagrou o Concurso Público para provimento de cargo de Juiz Substituto do Estado de Santa Catarina, **TORNA PÚBLICO**, para conhecimento dos interessados, os pontos que serão objeto da prova oral, a saber:

PONTO 1

DIREITO CIVIL

- Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. Sistema do Código Civil. Baldrame axiológico: eticidade, socialidade e operabilidade. Princípios gerais do Direito;
- Direitos das sucessões: Sucessão em geral: Regras gerais; Administração da herança; Vocação hereditária; Aceitação e renúncia; Excluídos da sucessão; Herança jacente; Petição de herança. Sucessão legítima: Ordem de vocação hereditária; Herdeiros necessários; Direito de representação. Sucessão testamentária: Testamento em geral; Capacidade de testar; Formas ordinárias do testamento. Codicilo. Testamentos especiais. Disposições testamentárias. Legados. Direito de acrescer entre herdeiros e legatários. Substituições. Deserdação. Redução das disposições testamentárias. Revogação e rompimento do testamento. Testamenteiro. Inventário e Partilha: Inventário; Bens sonegados; Pagamento de dívidas; Colações; Partilha; Garantia dos quinhões hereditários; Anulação da partilha.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- Noções introdutórias: conflito de interesses e lide; autodefesa e autocomposição; jurisdição, ação e processo;
- Princípios do processo: princípio dispositivo e inquisitivo; juiz natural; processo legal; igualdade, contraditório e ampla defesa; acesso à Justiça; instrumentalidade; efetividade; proporcionalidade;
- Norma processual: características; fontes; interpretação;



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- Eficácia da lei processual no tempo e no espaço;
- Jurisdição: conceito e características; a função jurisdicional e as demais funções do Estado.
- Jurisdição voluntária: conceito; teorias; peculiaridades;
- Poder judiciário: funções; sua estrutura constitucional; órgãos federais e estaduais;
- Garantias do judiciário: garantias do Poder Judiciário; garantias dos Tribunais; garantias dos Juízes;
- Formação, suspensão e extinção do processo;
- Tipos de procedimentos: procedimento comum ordinário; procedimento sumário; procedimentos especiais. Tutela jurisdicional antecipada;
- Petição inicial: requisitos; emenda; indeferimento;
- Pedido: conceito e fundamento; alteração e acréscimo, espécies;
- Citação: conceito; citação real; citação presumida;
- Processo cautelar: Medidas cautelares: disposições gerais;
- Procedimentos cautelares específicos: Arresto. Sequestro. Caução. Busca e apreensão. Exibição. Produção antecipada de Provas. Alimentos provisionais. Arrolamento de bens. Justificação. Protestos, notificações e interpelações. Homologação do penhor legal. Posse em nome do nascituro. Atentado. Protesto e apreensão de títulos Outras medidas provisionais;
- Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e voluntária.

DIREITO PENAL

- Teoria da lei penal. Fontes do Direito Penal: costume, jurisprudência e doutrina. Norma e lei penal: conceito e estrutura lógica da norma jurídico-penal. Lei penal em branco. Interpretação da lei penal. Aplicação da lei penal: argumento analógico, princípios gerais de direito e equidade;
- Âmbito temporal da lei penal: irretroatividade e retroatividade da lei penal favorável. Lei excepcional ou temporária. Tempo do crime;
- Âmbito espacial da lei penal. Princípios Fundamentais. Conceito de território nacional. Lugar do delito. Extraterritorialidade: imunidade diplomática e imunidade parlamentar. Extradicação: conceito e espécies. Princípios e condições. Limitações à extradicação. Deportação e expulsão;
- Sujeitos do delito. Sujeito ativo e passivo. Responsabilidade penal da pessoa jurídica;





ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- Concurso de pessoas. Autoria e participação: teorias, requisitos e divisão. Autoria e coautoria: conceito de autor. Autoria colateral Participação: conceitos, elementos e espécies de participação. Punibilidade no concurso de pessoas. Circunstâncias comunicáveis;
- Concurso de delitos. Unidade e Pluralidade delitiva. Sistemas. Concurso material ou real. Concurso formal ou ideal. Crime continuado. Multas no concurso de delitos;
- Teoria das Circunstâncias. Circunstâncias judiciais. Circunstâncias legais. Circunstâncias legais. Circunstâncias agravantes. Reincidência. Conceito e elementos da reincidência. Espécies e efeitos da reincidência. Agravantes no concurso de pessoas. Circunstâncias atenuantes. Causas de aumento e de diminuição de pena. Qualificadoras;
- Penas restritivas de direitos. Prestação pecuniária. Perda de bens e valores. Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas. Interdição temporária de direitos: proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo; proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou autorização do poder público; suspensão de autorização ou de habilitação para dirigir veículo; proibição de frequentar determinados lugares; proibição de inscrever-se em concurso, avaliação ou exames públicos. Limitação de fim de semana. Substituição. Conversão da pena na execução. Fiscalização e regras para execução;
- Pena de multa. Conceito. Natureza Jurídica. Sistemas de cominação de multa penal. Aplicação da pena de multa. Pagamento e parcelamento. Conversão e suspensão da pena de multa. Da prescrição da pena de multa na execução;
- Determinação da pena. Conceitos e sistemas. Individualização legal, judicial e executória. Fixação da pena. Fixação da pena privativa de liberdade. Fixação da pena de multa;
- Suspensão condicional da pena. Conceito e natureza jurídica. Sistemas. Requisitos. Espécies. Condições. Período de prova. Revogação. Prorrogação. Extinção. Competência;
- Dos crimes referentes à violência doméstica e familiar (Lei n. 11.340/2006);
- Dos crimes previstos no Estatuto do Desarmamento (Lei n. 10.826/2003).

DIREITO PROCESSUAL PENAL

- Do inquérito Policial;
- Da Ação Penal;
- Da Ação Civil;



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- Da competência.

DIREITO CONSTITUCIONAL

- O poder constituinte. Conceito e Classificação. O poder constituinte originário. Derivado e decorrente. As leis orgânicas municipais. Considerações gerais. As Constituições: conceito e classificação, princípios de hermenêutica constitucional. A norma constitucional: elementos de interpretação e integração. Aplicabilidade das normas constitucionais. O direito adquirido em face da Constituição.
- Direitos políticos negativos (conceito e significado; perda, suspensão e reaquisição dos direitos políticos; inelegibilidades); Partidos políticos e organização partidária. Lei dos Partidos Políticos (Lei n. 9.096/1995);
- O habeas corpus, habeas data, ação popular e ação civil pública na Constituição.
- A nacionalidade e cidadania: conceito, aquisição e perda, a isonomia entre brasileiros natos e naturalizados. O português e o cidadão de língua portuguesa perante a Constituição Brasileira. A reciprocidade e equiparação de direitos com os brasileiros natos e naturalizados.

DIREITO EMPRESARIAL

- Empresa e empresário. Estabelecimento empresarial;
- Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar n. 48/1984, Lei n. 9.317/1996, Lei n. 9.841/1999): objetivo do sistema; definição de microempresa e empresa de pequeno porte; forma de opção pelo sistema; vedações à opção; enquadramento e desenquadramento.

DIREITO ELEITORAL

- Sistema Político brasileiro. Princípio democrático. Sistemas Eleitorais: espécies e características. Direitos políticos ativos e passivos. Teoria e princípios atinentes ao voto (universal, secreto, livre).

DIREITO AMBIENTAL

- Princípios de Direito Ambiental: Princípio da prevenção. Princípio da precaução. Princípio da responsabilização. Princípios de Direito Ambiental: Princípio da função socioambiental da propriedade. Princípio do poluidor-pagador. Princípio da participação.

DIREITO ADMINISTRATIVO

- Formação histórica do Direito Administrativo brasileiro. A influência do Direito estrangeiro (francês, italiano e anglo-americano). Conceito de Direito Administrativo e suas relações com as outras disciplinas jurídicas. A constitucionalização do Direito Administrativo. A Administração Pública: conceito; sentido objetivo e subjetivo. A Teoria da Separação dos Poderes, o Poder Executivo e a função administrativa. Administração Pública e Governo. Regime





ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

jurídico-administrativo. Os regimes de Direito Privado e de Direito Público na Administração Pública. Princípios de Direito Administrativo: importância, natureza e regime. A supremacia e a indisponibilidade do interesse público. Princípios constitucionais implícitos e explícitos;

- Responsabilidade do Estado. Teorias e evolução histórica do tema. O regime brasileiro de responsabilidade objetiva: pressupostos de aplicabilidade, causas excludentes e atenuantes. A reparação do dano e a responsabilidade pessoal do agente público;
- Controle da Administração Pública (interno e externo). O controle administrativo (conceito, limites e recursos administrativos). O controle legislativo (conceito, limites, o controle político e o controle financeiro). Os Tribunais de Contas (conceito, natureza, limites, recursos administrativos e judiciais). O controle judicial e seus limites. A Administração Pública em Juízo. Meios de controle judicial da Administração Pública: habeas data, mandado de injunção, mandado de segurança (individual e coletivo), ação popular e ação civil pública. Improbidade administrativa: evolução, conceito e meios de controle. A Lei de Improbidade Administrativa: a natureza do ilícito; procedimento administrativo; processo judicial e a instância competente.

DIREITO TRIBUTÁRIO

- Tributos. Conceito; definição e características; determinação da natureza jurídica específica do tributo; denominação e destino legal do produto da arrecadação. Tributos diretos e indiretos. Fiscalidade, extrafiscalidade e parafiscalidade;
- Normas gerais de direito tributário. Fontes do direito tributário. Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária;
- Garantias e privilégios do crédito tributário. Preferências;
- Administração tributária. Fiscalização; dívida ativa; certidões negativas;
- Processo administrativo tributário. Processo judicial tributário: execução fiscal; ação cautelar fiscal; ação declaratória; ação anulatória de lançamento; ação de consignação em pagamento; ação de repetição de indébito tributário; mandado de segurança.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

- Constituição Federal de 1988;
- Doutrina da Proteção Integral, Princípio da prioridade absoluta, Princípio do melhor interesse para a criança e adolescente;
- Direitos Fundamentais da criança e do adolescente (Do direito à Vida e à Saúde; Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade; Do Direito à Convivência Familiar e Comunitária, Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte, ao Lazer;



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho).

DIREITO DO CONSUMIDOR

- Direitos do Consumidor. Relação de Consumo e suas características. Conceitos de consumidor, fornecedor, produto e serviço. Correntes. Natureza e fonte de suas regras;
- Principiologia e Direitos Básicos no CDC. Interpretação das regras de consumo. Inversão do ônus da prova.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

- Sociologia do Direito;
- Introdução à sociologia da administração judiciária. Aspectos gerenciais da atividade judiciária (administração e economia). Gestão. Gestão de pessoas;
- Relações sociais e relações jurídicas. Controle social e o Direito. Transformações sociais e Direito;
- Direito, Comunicação Social e opinião pública;
- Conflitos sociais e mecanismos de resolução. Sistemas não-judiciais de composição de litígios.

PONTO 2

DIREITO CIVIL

- Normas Gerais do Direito Brasileiro. Interpretação da norma jurídica. Direito subjetivo. Direito potestativo. Faculdade jurídica. Direitos imprescritíveis. Lesão de direito. Relação jurídica e situações jurídicas. Situações subjetivas existenciais e situações subjetivas patrimoniais;
- Pessoas naturais. Personalidade e capacidade. Direitos da personalidade. Ausência;
- Pessoas jurídicas;
- Domicílio;
- Bens jurídicos. Bens considerados em si mesmo. Bens reciprocamente considerados. Bens Públicos;
- Fatos jurídicos. Teoria Geral do negócio jurídico. Negócios jurídicos: Conceito; Classificação; Elementos; Pressupostos de existência; Requisitos de validade; Representação; Condição, termo e encargo; Defeitos do negócio jurídico; Inexistência, invalidade e ineficácia. Interesse público e estrutura do negócio jurídico. Atos Jurídicos lícitos. Atos Ilícitos. Prescrição e Decadência. Prova;

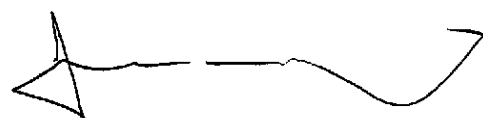


ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- Direito das obrigações. Modalidades das obrigações. Transmissão das obrigações. Adimplemento e extinção das obrigações. Inadimplemento das obrigações;
- Dos atos unilaterais: Promessa de recompensa. Gestão de negócios. Pagamento indevido. Enriquecimento sem causa;
- Da responsabilidade civil e da obrigação de indenizar. Indenização;
- Das preferências e privilégios creditórios.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- Competência: conceito; critérios para sua divisão; competência material e competência funcional; Modificações da competência; competência absoluta e relativa; prorrogação da competência; conexão, continência e prevenção;
- Verificação da competência: competência relativa e absoluta; exceção de incompetência; conflito de competência;
- Ação: conceito; teoria;
- Condições e pressupostos da ação;
- Classificação das ações: critérios; classificação pela natureza da sentença pretendida;
- Identidade e semelhança entre ações: elementos da ação; semelhanças, hipóteses e consequências;
- Exceção: bilateralidade da ação e do processo; conceito e natureza jurídica da exceção; classificação das exceções;
- Processo: processo e procedimento; natureza jurídica do processo; relação jurídica processual e relação jurídica material;
- Tipos de processos: processo de conhecimento; processo cautelar; processo de execução;
- Órgãos Judiciários;
- Processo de Execução: da execução em geral;
- Cumprimento da sentença; execução fundada em título extrajudicial; execução fiscal;
- Diversas espécies de execução;
- Embargos do devedor;
- Execução de título judicial e cumprimento de sentença. Multa. Artigo 475-J do CPC;





ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- Exceção no processo executório: de incompetência do juiz; de suspeição e impedimento do juiz;
- Exceção de pré-executividade;
- Embargos à arrematação e à adjudicação;
- Execução por quantia certa contra devedor insolvente;
- Remição;
- Suspensão e extinção do processo de execução.

DIREITO PENAL

- Delito: conceito formal, material ou analítico. Classificação dos delitos: delito de resultado, delito de mera atividade ou conduta, delito qualificado pelo resultado, delito de lesão, delito de perigo abstrato e concreto, delito comum, especial (próprio e impróprio), delito de mão própria, delito unissubsistente, delito plurissubsistente, delito pluriofensivo, delito instantâneo, permanente e instantâneo de efeitos permanentes, delito de dano, delito comissivo, delito omissivo próprio (puro) e omissivo impróprios (ou comissivos por omissão, ou comissivos-omissivos), delitos unissubjetivo, delito plurissubjetivo (coletivo, de concurso necessário), delitos de ação única, delitos de ação múltipla ou de conteúdo variado, delito complexo, delito progressivo ou de passagem, delito habitual;
- Órgãos da Execução Penal. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Juízo da Execução. Ministério Público. Conselho Penitenciário. Departamentos penitenciários. Departamento Penitenciário Nacional. Departamento Penitenciário local. Direção administrativa e de pessoal dos estabelecimentos penais. Patronato. Conselho da Comunidade. Defensoria Pública;
- Estabelecimentos penais. Penitenciária. Colônia agrícola, industrial ou similar. Casa do albergado. Centro de Observação. Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico. Cadeia Pública;
- Penas privativas de liberdade e execução das penas em espécie: Reclusão e Detenção. Guia de recolhimento. Cálculo de liquidação e soma das penas. Superveniência de doença mental. Regimes. Soma e unificação de pena, detração, remição e fixação de regime. Progressão de regime: requisito objetivo e subjetivo, progressão nos crimes hediondos ou equiparados, regime aberto. Progressão por saltos. Regressão de regime. Monitoração eletrônica. Permissão de saída prisional. Saída temporária. Requisitos para a concessão da saída temporária. Condições legais de fiscalização. Prazo para saída temporária. Revogação da saída temporária. Remição. Contagem do tempo remido. Decisão judicial. Perda do tempo remido. Tempo remido e benefícios;



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- Dos crimes contra a dignidade sexual;
- Dos crimes contra a família;
- Dos crimes contra a incolumidade pública;
- Dos crimes contra a paz pública;
- Dos crimes contra a fé pública e delitos das fraudes em certames de interesse público;
- Dos crimes de abuso de autoridade (Lei n. 4.898/1965).

DIREITO PROCESSUAL PENAL

- Do Juiz, do Ministério Público, do Acusado e Defensor, dos Assistentes e Auxiliares da Justiça;
- Da Prisão, das Medidas Cautelares e da Liberdade Provisória;
- Das Citações e Intimações;
- Lei da Prisão Temporária (Lei n. 7.960/1989);
- Lei que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei n. 11.340/2006);

DIREITO CONSTITUCIONAL

- O Processo legislativo. Normas que o integram; Técnicas legislativas e hierarquia;
- O controle da constitucionalidade das leis e dos atos administrativos: formas de controle. O controle político e jurisdicional. O controle prévio e posterior. Abstrato e concreto. Considerações gerais. As teorias da revogação. Recepção, reconstituição e desconstitucionalização das normas constitucionais;
- Os poderes na Constituição Brasileira: a separação dos poderes. Princípios, conceito, autonomia e competência;
- O Poder Executivo da União, dos Estados (inclusive de Santa Catarina) e dos Municípios: funções, estrutura e responsabilidades dos Ministros de Estado, Secretários Estaduais e Municipais. Funções prerrogativas e foros de jurisdição;
- O Poder Legislativo da União, dos Estados e dos Municípios (inclusive de Santa Catarina): estrutura, funções, prerrogativas, responsabilidades, imunidades e foros. Os "consórcios públicos" (Lei n. 11.107/2005). O Congresso Nacional, as Assembleias Estaduais (inclusive de Santa Catarina) e as Câmaras Municipais: composição, competências e mandatos eletivos: conceitos, aquisição e perda. A fiscalização contábil, orçamentária, financeira e os Tribunais de Conta dos Estados: funções, estrutura, garantia e competência. Comissão Parlamentar de Inquérito.



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DIREITO EMPRESARIAL

- Propriedade Industrial. Patentes: pedido; concessão da patente; invenção; modelo de utilidade; proteção; nulidades; cessão do pedido ou da patente; extinção da patente. Marcas: caracterização; registro; restrições; proteção; nulidades; cessão e licença de uso; prazo; extinção do registro. Desenhos Industriais: titularidade e pedido de registro; proteção legal; nulidade e extinção do registro. Do direito autoral e da proteção Sui Generis. Proteção da propriedade intelectual do programa de computador. Proteção de circuitos integrados.

DIREITO ELEITORAL

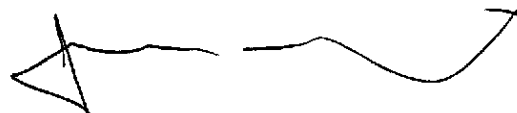
- Convenções partidárias. Registro de candidatura. Controle de contas de campanha. Ilícitudes na arrecadação e gastos de campanha. Captação ilícita de sufrágio;
- Controle judicial. Penalidades. Estrutura e composição da Justiça Eleitoral. Magistratura e Ministério Público Eleitoral. Considerações gerais. Competência da Justiça Eleitoral. Processo Judicial Eleitoral. Considerações gerais. Feitos tipicamente eleitorais. Legitimidades, competência e ritos. Recursos eleitorais. Consulta eleitoral.

DIREITO AMBIENTAL

- Tutela constitucional do meio ambiente. Distribuição constitucional de competências. Deveres específicos do Poder Público. Proteção do meio ambiente como princípio da ordem econômica. Equidade intergeracional (direito das gerações futuras ao meio ambiente). Meio ambiente agrário.

DIREITO ADMINISTRATIVO

- O ato administrativo: conceito, objeto e conteúdo. Fatos da administração, fatos administrativos e atos administrativos. A estrutura do ato administrativo: elementos e pressupostos. Classificação dos atos administrativos. Espécies de atos administrativos. Validade e eficácia dos atos administrativos. Atributos dos atos administrativos. A teoria dos motivos determinantes. O regulamento no Direito Administrativo brasileiro. Discricionariedade administrativa: conceito, justificação e controle judicial. Legalidade e mérito do ato administrativo. Atos vinculados e atos discricionários. Extinção do ato administrativo e a Lei n. 9.784/1999. Vícios do ato administrativo. O desvio de poder. Nulidades, anulação e convalidação. A revogação do ato administrativo;
- Servidores públicos. Agentes públicos: classificação e espécies de vínculos com o Estado. Cargo, emprego e função pública. Regime constitucional do servidor público: acesso, ingresso, remuneração e subsídios, direito de greve e associação sindical, acumulação de cargos, aposentadoria, estabilidade, direitos e deveres;
- Lei de Responsabilidade Fiscal e limites às despesas com servidores.





ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Responsabilidade do servidor público (política, administrativa, civil e penal).

- Bens públicos. Definição e classificação. A Constituição da República e o regime do Código Civil. Bens de domínio público e bens dominicais. A transferência de bens públicos: a alienação e o uso de bem público por particular. Bens públicos em espécie;

DIREITO TRIBUTÁRIO

- O Sistema Tributário Nacional. Princípios. Competências. Limitações constitucionais ao poder de tributar. Discriminação constitucional de rendas tributárias;
- Competência tributária. Conceito, espécies e características. Competência tributária e capacidade tributária ativa. Limitações da competência tributária;
- Imunidades tributárias. Conceito; imunidades genéricas; imunidades específicas; outras imunidades.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

- Da Prevenção. Da Política de Atendimento. Das Medidas de Proteção. Da Prática do Ato Infracional (Dos Direitos Individuais, Das Garantias Processuais, Das Medidas Socioeducativas). Das medidas pertinentes aos pais ou responsável por inobservância nos que lhes toca aos preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

DIREITO DO CONSUMIDOR

- Responsabilidade pelo fato e do produto e do serviço no CDC. Responsabilidade pelo Vício do produto e do serviço no CDC. Prazos. Garantia Contratual e Legal. Decadência e Prescrição. Desconsideração da Personalidade Jurídica no CDC.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

- Psicologia Judiciária;
- Psicologia e Comunicação: relacionamento interpessoal, relacionamento do magistrado com a sociedade e a mídia;
- Problemas atuais da psicologia com reflexos no direito: assédio moral e assédio sexual;
- Teoria do conflito e os mecanismos autocompositivos. Técnicas de negociação e mediação. Procedimentos, posturas, condutas e mecanismos aptos a obter a solução conciliada dos conflitos;
- O processo psicológico e a obtenção da verdade judicial. O comportamento de partes e testemunhas;



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PONTO 3

DIREITO CIVIL

- Contratos em geral. Regras gerais: Preliminares; Formação dos contratos; Estipulação em favor de terceiro; Promessa de fato de terceiro; Vícios redibitórios; Evicção; Contratos aleatórios; Contrato preliminar; Contrato com pessoa a declarar. Extinção do contrato: Distrato; Cláusula resolutiva; Exceção de contrato não cumprido; Resolução por onerosidade excessiva;
- Tendências atuais do direito contratual. Autonomia da vontade. Intervenção do Estado e a função social do contrato. Contrato e propriedade. O valor jurídico da boa fé. Negociações preliminares e responsabilidade na ruptura. Teoria da boa-fé objetiva;
- Classificação dos contratos: unilaterais e bilaterais; típicos, atípicos e mistos; consensuais e reais; gratuitos e onerosos; cumulativos e aleatórios; contratos solenes e não solenes; contratos personalíssimos; contratos preliminares. Contrato com pessoa a nomear;
- Espécies de contratos: Compra e venda. Troca ou permuta. Contrato estimatório. Doação. Locação de coisas. Empréstimo. Prestação de serviço. Empreitada. Depósito. Mandato. Comissão. Agência e Distribuição. Corretagem. Transporte. Seguro. Constituição de renda. Jogo e aposta. Fiança. Transação. Compromisso.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- Ato processual: conceito e classificação; forma, tempo e lugar para realização; cooperação jurisdicional interna e externa, prazos.
- Despesas com o ato processual: despesas processuais; responsabilidade pelo pagamento.
- Comunicação dos atos: disposições gerais; cartas; citações; intimações.
- Validade do ato processual: condições de existência do ato processual; condições de validade do ato processual.
- Nulidades dos atos processuais: teoria das nulidades; princípios; efeitos; atos inexistentes; nulidade absoluta e relativa; anulabilidade; convalidação do ato; irregularidades e sanção.
- Nulidade absoluta e relativa: anulabilidade; convalidação do ato;
- Resposta do réu.
- Exceções processuais: conceito; incompetência; impedimento; suspeição.
- Contestação: conceito; exceções materiais; forma e apresentação.
- Revelia;



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- Reconvenção: conceito; fundamento e pressupostos; cabimento e efeitos; procedimento;
- Providências preliminares: efeito da revelia; declaração-incidente; fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do pedido; alegações do réu.
- Julgamento conforme o estado do processo: extinção do processo; julgamento antecipado da lide; da audiência preliminar; fixação dos pontos controvertidos.
- Declaração de saneamento: momento; conteúdo;
- Ação popular (Lei n. 4.717/1965);
- Ação civil pública (Lei n. 7.347/1985) e legislação subsequente.

DIREITO PENAL

- Culpabilidade. Conceito. Evolução dogmática da culpabilidade. Conceito material de culpabilidade. Elementos da culpabilidade. Imputabilidade. Conceito. Causas de exclusão da imputabilidade. Imputabilidade diminuída. Embriaguez actio libera in causa. Consciência da ilicitude. Conceitos e teorias. Erro de proibição. Conceito e modalidades. Distinção entre erro de proibição e erro de tipo. Erro de proibição vencível e erro de proibição invencível. Exigibilidade de conduta diversa. Inexigibilidade. Hipóteses legais e supra legais de exculpação;
- Etapas da realização do delito: consumação e tentativa. Conceito e elementos. Fundamento da punibilidade da tentativa. Preparação e execução. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime impossível. Crime impossível e delito putativo. Intervenção predisposta de autoridade e atuação do agente provocador;
- Medidas de Segurança. Conceito. Natureza jurídica. Pena e medida de segurança. Princípio da legalidade. Sistemas. Pressupostos de aplicação das medidas de segurança: prática de fato punível, periculosidade do autor, e ausência de imputabilidade plena. Espécies: internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico, e tratamento ambulatorial. Locais de internação e tratamento. Duração das medidas de segurança. Exame de verificação da cessação de periculosidade. Desinternação ou liberação condicional. Medida de segurança substitutiva: semi-imputabilidade e superveniência de doença mental. Duração da medida de segurança substitutiva. Extinção da punibilidade e medidas de segurança. Direitos do internado;
- Dos crimes contra a pessoa;
- Dos crimes contra o patrimônio; Dos crimes contra a propriedade imaterial;
- Dos crimes contra a organização do trabalho;
- Dos crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos;



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- Dos crimes de tortura (Lei n. 9.455/1997).

DIREITO PROCESSUAL PENAL

- Interpretação e aplicação da norma processual penal. Dos princípios processuais penais;
- Direito Processual Penal no Brasil;
- Da Sentença;
- Dos Processos Especiais;
- Lei de Organização e Manutenção de programas especiais de proteção a vítimas (Lei n. 9.807/1999);
- Lei de Interceptação Telefônica (Lei n. 9.296/1996).

DIREITO CONSTITUCIONAL

- As Ações Constitucionais: a ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade, a declaração progressiva, a declaração incidental de inconstitucionalidade e a função do Senado, a reserva de plenário. Legitimidade e pertinência temática nas ADIS. As cautelares e a questão política e os efeitos das decisões nas ADIS. Lei n. 9.868/1999. A inconstitucionalidade por omissão e o mandado de injunção. A representação de inconstitucionalidade interventiva: considerações, eficácia e cabimento. Arguição de descumprimento preceito fundamental. Objeto e princípio da subsidiariedade. Sua competência e legitimação;
- O Poder Judiciário: a função jurisdicional e administrativa, princípios e autonomia, estrutura, composição, investidura, garantias e responsabilidades. A Justiça Comum Estadual e a Justiça Federal: princípios gerais e competência. Os juizados especiais, a Justiça de Paz e a Justiça Especializada. A Lei Orgânica da Magistratura Nacional. Considerações gerais. O Conselho Nacional de Justiça. Os Tribunais de Justiça, os Tribunais Superiores e o Supremo Tribunal Federal: prerrogativas, estrutura e competência. Súmula vinculante.

DIREITO EMPRESARIAL

- Recuperação judicial, extrajudicial e falência do empresário e da sociedade empresária (Lei n. 11.101/2005). Disposições comuns à recuperação judicial e à falência: Disposições gerais; Verificação e da habilitação de créditos; Administrador judicial e comitê de credores; assembleia geral de credores. Recuperação judicial: objetivo; legitimidade ativa; requisitos; créditos abrangidos e exceções; meios para a obtenção da recuperação da empresa; Pedido e processamento da Recuperação Judicial; Plano de Recuperação Judicial. Procedimento de Recuperação Judicial; Plano de Recuperação judicial das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte: plano especial. Convolação da



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Recuperação Judicial em falência. Falência: objetivo; juízo universal; efeito da sentença em relação às dívidas; Classificação dos créditos; Pedido de restituição; Procedimento e decretação da falência; Inabilitação Empresarial; Direito e deveres do falido; Falência requerida pelo próprio devedor; Arrecadação e Custódia dos Bens; Efeitos da decretação da falência sobre as obrigações do devedor; Ineficácia e revogação de atos praticados antes da Falência; Realização do ativo; Pagamento aos credores; Encerramento da Falência e Extinção das obrigações do falido. Recuperação extrajudicial;

- Ações falimentares;
- Crise econômica e financeira e cessação do pagamento; causas macro e microeconômicas da crise da empresa.

DIREITO ELEITORAL

- Teoria das inelegibilidades. Condições de elegibilidade. Causas de inelegibilidade. Espécies de inelegibilidades. Desincompatibilização;
- Processo penal eleitoral. Inquérito policial. Flagrante. Representação. Notícia crime e peças de investigação. Ação penal eleitoral. Incidentes. Crimes Eleitorais. Ações eminentemente eleitorais. Partidos Políticos (Lei n. 9.096/1995). Código Eleitoral (Lei n. 4.737/1965). Normas para eleições (Lei n. 9.504/1997). Inelegibilidade (Lei Complementar n. 64/1990).

DIREITO AMBIENTAL

- Tutela processual do meio ambiente. Inquérito civil. Ação civil pública. Termo de ajustamento de conduta. Ação popular. Inquérito penal. Ação penal pública;
- Política Urbana: Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257/2001).

DIREITO ADMINISTRATIVO

- A regulação econômico-social e o Direito Administrativo Econômico. A intervenção do Estado no domínio econômico (atuação direta e regulatória). A Administração Pública e a competência regulatória: limites e conteúdo. As entidades regulatórias públicas. Entidades, órgãos e agentes públicos: conceitos e classificação. A competência dos órgãos, entidades e agentes: o poder-dever de agir. Competência administrativa, delegação e avocação;
- Administração Pública direta e indireta. Centralização, descentralização e desconcentração: conceitos, modalidades, distinções e finalidades. Estrutura orgânica do Estado, Administração direta e poder hierárquico. A estrutura administrativa do Estado e o Decreto-lei n. 200/1967. Administração indireta: entidades, natureza e regime jurídicos. Forma e modo de constituição. Autarquias: regime jurídico, conceito e espécies. Fundações: regime jurídico, conceito e espécies. Empresas estatais: regime jurídico, conceito e espécies. Agências executivas e reguladoras. O controle tutelar. As entidades paraestatais e o terceiro



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

setor.

DIREITO TRIBUTÁRIO

- Espécies tributárias. Impostos; taxas; contribuição de melhoria; contribuições sociais; preço público; tarifa; pedágio;
- Impostos Federais, Impostos Estaduais e Impostos Municipais: Considerações gerais e espécies;
- Norma jurídica tributária. Conceito. Classificação. A regra-matriz de incidência tributária: estrutura lógica; critérios da hipótese e da consequência;
- O “fato gerador” da obrigação tributária. Classificação e efeitos do “fato gerador”. O “fato gerador” no âmbito do Código Tributário Nacional.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

- Dos Procedimentos. Disposições gerais. Da perda e da suspensão do poder familiar. Da destituição da tutela. Da colocação em família substituta;
- Do Acesso à Justiça e Da atuação do Juiz da Infância e da Juventude. Do Conselho Tutelar (atribuições, competência, escolha dos conselheiros, impedimentos);
- Da Atuação do Ministério Público e do Advogado.

DIREITO DO CONSUMIDOR

- Fundamentos Constitucionais e infraconstitucionais do Direito do Consumidor. Campo de Aplicação do Código de Defesa do Consumidor – CDC;
- Oferta e Publicidade. Práticas Comerciais Abusivas. Cobrança de Dívidas e cadastro de Inadimplentes;
- Conciliação, Mediação e Arbitragem;
- Intervenção no domínio econômico para assegurar a livre distribuição de produtos necessários ao consumo do povo;
- A ação civil pública (Lei n. 7.347/1985).

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

- Ética e Estatuto Jurídico da Magistratura Nacional;
- Regime jurídico da magistratura nacional: carreiras, ingresso, promoções, remoções;
- Direitos e deveres funcionais da magistratura;
- Código de Ética da Magistratura Nacional;
- Sistemas de controle interno do Poder Judiciário: Corregedorias, Ouvidorias,

Conselhos Superiores e Conselho Nacional de Justiça;

- Responsabilidade administrativa, civil e criminal dos magistrados;
- Administração judicial. Planejamento estratégico. Modernização da gestão.

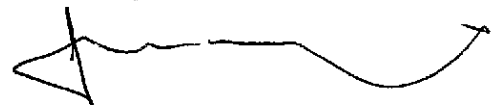
PONTO 4

DIREITO CIVIL

- Direitos das coisas. Posse: Classificação; Aquisição; Efeitos; Perda; Proteção possessória. Direitos reais. Propriedade: Função social da propriedade; Propriedade em geral; Aquisição da propriedade imóvel; Aquisição da propriedade móvel; Perda da propriedade; Direitos de vizinhança; Condomínio geral; Condomínio edilício; Propriedade resolúvel; Propriedade fiduciária. Superfície. Servidões. Usufruto. Uso e Habitação. Direito do promitente comprador. Penhor. Hipoteca. Anticrese.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- Sujeitos do processo: juiz; autor; réu; litisconsorte; "amicus curiae"; terceiro interveniente; Ministério Público; advogado; auxiliares da justiça;
- Pressupostos processuais: conceito; classificação; efeitos;
- Tramitação do processo: instauração, curso e término do processo; suspensão do processo;
- O juiz: capacidade processual; abstenção e recusa; poderes e deveres;
- As partes e seus procuradores: conceito; substituição processual; sucessão de partes; legitimidade para ser parte; capacidade para estar em juízo; procuradores; deveres das partes e procuradores;
- Litisconsórcio e Assistência;
- Intervenção de terceiros: conceito e espécies; oposição; nomeação à autoria; denunciação da lide; chamamento ao processo;
- Representação por advogado: auto-representação; advogados; mandato judicial; assistência judiciária gratuita;
- Ministério Público: funções no processo civil; parte; fiscal da lei;
- Provas: conceito; objeto; princípios;
- Ônus da prova: finalidade; princípios; disciplina;
- Produção da prova: proposição e admissão da prova; iniciativa do juiz; produção de prova; antecipação da prova; prova emprestada;
- Antecipação da prova: papel do juiz; sistema; posição do código (repetição de




conteúdo com relação à antecipação da prova);

- Prova: iniciativa do Juiz; produção da prova; antecipação da prova; prova emprestada; prova documental, testemunhal e pericial;
- Prova: Indícios e presunções; prova ilícita;
- Sentença: princípios, conceito, requisitos e efeitos; forma; tipos de sentença; classificação das sentenças definitivas; intimação e publicação da sentença; liquidação e cumprimento da sentença; vícios e correções da sentença; complementação da sentença, coisa julgada;
- Mandado de Segurança e legislação subsequente;
- Arbitragem, negociação, mediação e conciliação.

DIREITO PENAL

- Ilícitude ou antijuridicidade. Causas de justificação. Estado de necessidade: conceito, fundamento e requisitos. Legítima defesa: conceito, fundamento e requisitos. Estrito cumprimento de dever legal: conceito, fundamento, requisitos. Colisão de deveres. Exercício Regular de direito: conceito, fundamento e requisitos. Consentimento do ofendido: conceito, funções, fundamento e requisito;
- Teorias da pena. Conceito. Espécies. Fundamentos e fins da pena. Teorias absolutas, relativas ou unitárias (ecléticas), Classificação das penas;
- Sistemas penitenciários;
- Princípios da Execução Penal: Princípio da legalidade; Princípio do devido processo legal; princípio da humanidade; princípio da jurisdicionalidade; princípios do contraditório e da ampla defesa; princípio da publicidade. Objeto e aplicação da Lei de Execução Penal: Do objeto da execução penal; da jurisdição do Juízo da Execução; dos presos provisórios, condenados pela Justiça Eleitoral ou Militar; delitos não atingidos pela sentença ou pela lei; a comunidade como ente colaborador. Classificação dos condenados: exame de personalidade e exame criminológico. Assistência: assistência material, assistência à saúde, assistência educacional, assistência social, assistência religiosa, assistência ao egresso. Trabalho: trabalho interno e externo. Deveres e direitos do preso. Disciplina: Faltas disciplinares, regime disciplinar diferenciado, sanções, aplicação das sanções e procedimento disciplinar;
- Dos crimes contra a administração pública;
- Dos crimes previstos na Lei Antidrogas (Lei n. 11.343/2006);
- Dos crimes relativos a preconceito (Lei n. 7.716/1989 e Lei n. 9.459/1997);
- Dos crimes previstos no Estatuto do Idoso (Lei n. 10.471/2003);
- Dos crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/1990);



- Dos crimes de trânsito (Lei n. 9.503/1997, Lei n. 11.705/2008, Lei n. 12.760/2012 e legislação posterior).

DIREITO PROCESSUAL PENAL

- Do Processo Comum;
- Da Execução e suas Disposições Gerais;
- Da Execução das Penas em Espécie;
- Dos Incidentes da Execução;
- Da Graça, do Indulto, Da Anistia e da Reabilitação;
- Da Execução das Medidas de Segurança;
- Da Execução da Pena (Lei n. 7210/1984);
- Lei que trata sobre o processo e o julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas (Lei n. 12.694/2012).

DIREITO CONSTITUCIONAL

- Os direitos e garantias fundamentais na Constituição Federal. Análise do artigo 5º. Os direitos individuais, coletivos, difusos e homogêneos. Conceito e distinção. Os instrumentos tendentes a sua efetivação: os writs constitucionais. Mandado de segurança individual e coletivo e o mandado de injunção. Direitos políticos: nacionalidade (conceito e natureza, direitos dos estrangeiros). Cidadania (direito a voto e elegibilidade). plebiscito e referendo (conceitos e distinções);
- Os direitos sociais na Constituição: os direitos dos trabalhadores. Associação sindical, suas prerrogativas e poder de representação. O direito de greve.
- As funções essenciais da Justiça, o Ministério Público Federal e Estadual (inclusive de Santa Catarina): princípios gerais. As procuradorias. Defensorias públicas e a advocacia pública: conceitos, princípios e considerações gerais;
- A defesa do Estado e das instituições democráticas: conceitos e princípios gerais. As Forças Armadas, a segurança pública e as milícias estaduais: considerações gerais;
- A ordem econômica e financeira: princípios, a função social da propriedade e a intervenção do Estado no domínio econômico.

DIREITO EMPRESARIAL

- Direito Societário. Código Civil de 2002. Sociedade empresária: conceito de sociedade; formação e divisão do capital; responsabilidade dos sócios; personalidade jurídica; desconconsideração da personalidade jurídica; classificação das sociedades; constituição das sociedades. Das sociedades em espécie: sociedade em comum; sociedade em conta de participação; sociedade simples;

sociedade em nome coletivo; sociedade em comandita simples; sociedade limitada; sociedade anônima; sociedade em comandita por ações;

- Ligações Societárias: sociedade controladora; sociedades coligadas; subsidiária integral; grupo societário; consórcio.

DIREITO ELEITORAL

- Direito partidário. Natureza jurídica dos partidos. Autonomia partidária. Obrigações e direitos dos partidos. Filiação partidária. Coligações. Fidelidade partidária. Alistamento eleitoral. Domicílio eleitoral: conceito. Transferência de domicílio.

DIREITO AMBIENTAL

- Tutela civil do meio ambiente e biodiversidade. Responsabilidade civil por dano ao meio ambiente;
- Licenciamento ambiental. Infrações e sanções administrativas;
- Código Florestal (Lei n. 12.651/2012).

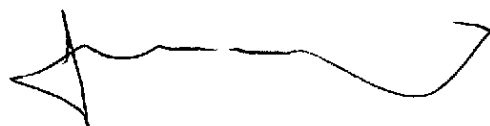
DIREITO ADMINISTRATIVO

- Contrato administrativo. O contrato privado e o contrato administrativo: distinções, semelhanças e peculiaridades. Natureza jurídica. Características formais e materiais do contrato administrativo. As cláusulas exorbitantes: razão de ser e características. A mutabilidade do contrato administrativo e o equilíbrio econômico-financeiro. A execução e o inadimplemento contratual. Rescisão e extinção do contrato administrativo;
- Modalidades dos contratos administrativos. Consórcios e convênios. O contrato de gestão: conceito e natureza jurídica;
- Espécies de limitações administrativas à autonomia e à propriedade privadas. Tombamento e servidão. Desapropriação. Conceito, fundamentos e requisitos. O procedimento e o processo desapropriatório. A declaração da utilidade pública, a imissão provisória e a justa indenização. A chamada desapropriação indireta. A retrocessão. As sanções administrativas: conceito, natureza jurídica, teleologia e controle (administrativo e judicial).

DIREITO TRIBUTÁRIO

- Obrigação tributária. Obrigação tributária e deveres instrumentais ou formais. A obrigação tributária no âmbito do Código Tributário Nacional. Sujeito ativo e sujeito passivo da obrigação tributária. Solidariedade tributária. Capacidade tributária e domicílio tributário;
- Responsabilidade tributária. Responsabilidade de sucessores, responsabilidade de terceiros e responsabilidade por infrações. A substituição tributária.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE



- Da apuração de ato infracional atribuído a adolescente. Da apuração de irregularidades em entidade de atendimento. Da apuração de infração administrativa às normas de proteção à criança e ao adolescente;
- Lei n. 12.594/2012.

DIREITO DO CONSUMIDOR

- Política Nacional de Relações de Consumo. Qualidade de Produtos e Serviços, da Prevenção e da Reparação dos Danos. Proteção à Saúde e Segurança;
- Proteção Contratual no CDC. Cláusulas Abusivas. Contratos de Adesão. Financiamentos. Ações de revisão de contrato.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

- Filosofia do Direito;
- O conceito de Justiça. Sentido lato de Justiça, como valor universal. Sentido estrito de Justiça, como valor jurídico-político. Divergências sobre o conteúdo do conceito;
- O conceito de Direito. Equidade. Direito e Moral;
- A interpretação do Direito. A superação dos métodos de interpretação mediante puro raciocínio lógico-dedutivo. O método de interpretação pela lógica do razoável;

PONTO 5

DIREITO CIVIL

- Direito de família. Direito pessoal. Casamento: Capacidade matrimonial; Formalidades; Impedimentos; Causas suspensivas; Processo de habilitação; Celebração do casamento; Prova do casamento; Efeitos; Eficácia do casamento; Invalidade ou nulidade do casamento; Dissolução da sociedade e do vínculo conjugal; Direito assistencial; Proteção da pessoa dos filhos; Relações de parentesco: Regras gerais; Filiação; Investigação de paternidade; Reconhecimento dos filhos; Filiação matrimonial e filiação havida fora do casamento; Posse de estado de filho; Adoção. Poder familiar. Direito patrimonial. Regime de bens entre os cônjuges: Regras gerais; Pacto antenupcial; Regime de comunhão parcial; Regime de comunhão universal; Regime de participação final dos aquestros; Regime de separação de bens; Usufruto e administração dos bens dos filhos menores. Alimentos. Bem de família. Dissolução judicial e extrajudicial da sociedade conjugal. Divórcio e separação. Lei n. 11.441/07. União estável. União Homoafetiva. Tutela e curatela.

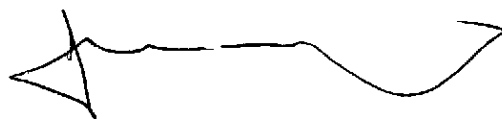
DIREITO PROCESSUAL CIVIL



- Preclusão: conceito; espécies; finalidade e efeitos; questões não sujeitas à preclusão; preclusão para as partes; preclusão para o juiz; distinção de figuras afins;
- Duplo grau obrigatório de jurisdição: remessa obrigatória; imutabilidade e indiscutibilidade da sentença;
- Princípios gerais dos recursos: conceito e fundamento dos recursos; condições da admissibilidade dos recursos; legitimidade para recorrer; atos processuais recorríveis e irrecorríveis.
- Extinção dos recursos: renúncia, deserção e desistência; julgamento do recurso.
- Recursos no Processo Civil: pressupostos e espécies.
- Recursos no Processo Civil: princípios; classificação dos recursos previstos no Código; apelação; agravo; embargos infringentes; embargos de declaração, recursos ordinários; recurso especial; recurso extraordinário;
- Ordem dos processos no tribunal;
- Processo nos tribunais: uniformização da jurisprudência; declaração de inconstitucionalidade; homologação de sentença estrangeira e ação rescisória;
- Coisa julgada: coisa julgada material; coisa julgada formal; efeitos; relativização da coisa julgada;
- Ação rescisória: pressupostos; admissibilidade; decadência; ação rescisória em jurisdição voluntária;
- Juizados Especiais: Lei n. 9.099/1995, que dispõe sobre os Juizados Cíveis e Criminais e dá outras providências. Lei n. 10.259/2001, que dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal. Lei n. 12.153/2009, que dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.

DIREITO PENAL

- Princípios Fundamentais do Direito Penal. Princípio da legalidade ou reserva legal. Princípio da dignidade da pessoa humana. Princípio da culpabilidade. Princípio da exclusiva proteção de bens jurídicos. Princípio da intervenção mínima e da fragmentariedade. Princípios da pessoalidade e da individualização da pena. Princípio da proporcionalidade. Princípio da humanidade. Princípio da adequação social. Princípio da insignificância;
- Bem Jurídico-Penal: Conceito e delimitação. Bem jurídico individual e transindividual. Objeto do crime. Bem jurídico e função;
- Teorias da ação. Causas que excluem a ação e omissão. Relação de causalidade.





ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Teorias. Superveniência de causa relativamente independente. Causação e imputação do resultado. Teorias. Estrutura do delito omissivo. Delito omissivo próprio. Delito omissivo impróprio;

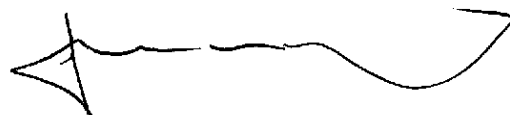
- Tipicidade. Conceito de tipo. Tipicidade e ilicitude. Desvalor da ação, desvalor do resultado. Classificação estrutural dos tipos. Tipo de injusto de ação doloso: tipo objetivo e tipo subjetivo. Elemento subjetivo geral: o dolo. Elemento subjetivo do injusto (elemento subjetivo especial do tipo). Tipo de injusto de ação culposo. Conceito e elementos. Modalidades de culpa. Espécies de culpa. Princípio da confiança. Dolo eventual e culpa consciente; Erro de tipo. Conceito. Erro de tipo e erro de tipo permissivo. Erro de tipo escusável e inescusável. Erro acidental. Erro provocado por terceiro. Erro sobre o objeto. Erro na execução. Resultado diverso do pretendido;
- Efeitos da condenação. Conceito. Efeitos secundários penais. Efeitos secundários extrapenais: genéricos específicos. Reabilitação: conceito, condições, requisitos, efeitos e revogação;
- Condições objetivas da punibilidade. Definição e natureza jurídica. Enumeração e efeitos. Escusas absolutórias. Conceito e denominação. Natureza jurídica;
- Causas de extinção da punibilidade. Natureza jurídica e efeitos da extinção da punibilidade. Morte do agente. Anistia, graça e indulto. Abolitio criminis. Renúncia. Perdão do ofendido. Perdão judicial. Retratação. Decadência e preempção;
- Prescrição. Conceito e fundamentos. Os prazos de prescrição e sua contagem. Espécies. Suspensão e interrupção da prescrição;
- Dos crimes hediondos (Lei n. 8.072/1990);
- Dos crimes contra o meio ambiente (Lei n. 9.605/1998);
- Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei n. 3.688/1941).

DIREITO PROCESSUAL PENAL

- Das Questões e Processos Incidentes;
- Da prova;
- Das Nulidades e dos Recursos em Geral;
- Lei dos Juizados Especiais (Lei n. 9.099/1995 e Lei n. 10.259/2001);
- Lei de Identificação Criminal (Lei n. 12.037/2009).

DIREITO CONSTITUCIONAL

- O Federalismo brasileiro: considerações gerais e sistema de repartição de competências: sistema horizontal e vertical, a competência exclusiva, comum, concorrente e supletiva. A soberania da União Federal e a autonomia dos





ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Estados, Distrito Federal e Municípios. A intervenção federal nos Estados e Municípios e a intervenção dos Estados nos Municípios. Princípios, limites e controles. O interventor e a intervenção sem interventor. O Estado de defesa e de sítio: paralelismo e controles políticos e jurisdicionais. Artigo 139 da Constituição Federal;

- A política urbana, a política agrícola e a reforma agrária: princípios e considerações gerais;
- O sistema financeiro nacional: princípios e considerações gerais. A ordem social: fundamentos da seguridade social;
- Os direitos sociais e a Previdência Social: princípios e considerações gerais. A Seguridade Social: conceito e princípios, finalidade, organização e diretrizes que regem a previdência e assistência social. Distinção entre previdência e Assistência Social no Brasil.

DIREITO EMPRESARIAL

- Títulos de crédito. Código Civil e Lei Uniforme: características de títulos de crédito; circulação dos títulos de crédito; conceito de título de crédito; requisitos essenciais e não essenciais; Classificação dos títulos de crédito: títulos de crédito nominativos; títulos de crédito ao portador; títulos de crédito à ordem; Institutos cambiários: aval; endosso; protesto (Lei n. 9.492/1997); aceite; Títulos de crédito em espécie: letra de câmbio; nota promissória; duplicata; cheque; debêntures; comercial paper; cédulas de crédito comercial, industrial e rural; dos contratos bancários em espécie; Da revisão judicial dos contratos bancários.

DIREITO ELEITORAL

- Garantias eleitorais e atos preparatórios. Propaganda eleitoral: modalidades. Vedações, permissões e sanções. Debates. Direito de resposta. Fiscalização e controle judicial da propaganda eleitoral. Condutas vedadas aos agentes públicos em campanha eleitoral: espécies e interpretação. Penalidades. Abuso de poder: espécies. Configuração.

DIREITO AMBIENTAL

- Direito de propriedade e meio ambiente: Sistema de Unidades de Conservação (Lei n. 9.985/2000 e Decreto n. 4.340/2002);
- Parcelamento e loteamento do solo urbano;
- Tutela administrativa do meio ambiente;
- Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n. 6.938/1981);
- Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).

DIREITO ADMINISTRATIVO



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- Processo administrativo: princípios constitucionais e a Lei n. 9.784/1999. A dinâmica da função administrativa. Processo e procedimento. Modalidades do processo. Processo administrativo disciplinar (sindicância, processo e processo sumário);
- A regulação econômico-social e o Direito Administrativo Econômico. A intervenção do Estado no domínio econômico (atuação direta e regulatória). A Administração Pública e a competência regulatória: limites e conteúdo. As entidades regulatórias públicas. Entidades, órgãos e agentes públicos: conceitos e classificação. A competência dos órgãos, entidades e agentes: o poder-dever de agir. Competência administrativa, delegação e avocação;
- Serviço público: conceito e classificação. Elementos formal e material da definição. As normas constitucionais relativas ao serviço público. Competência para a prestação de serviços públicos. Classificação dos serviços públicos. Delegação, concessão, permissão e autorização. As leis de concessão e as parcerias público-privadas. O poder de polícia administrativo: evolução e atualidade do conceito. Razão, fundamentos e meios de atuação. Características e limites. Polícia administrativa e polícia judiciária.

DIREITO TRIBUTÁRIO

- Constituição do crédito tributário. Lançamento tributário: conceito; natureza jurídica; atributos; alterabilidade; modalidades; revisão;
- Suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Moratória; depósito do montante integral; reclamações e recursos administrativos; medida liminar em mandado de segurança; medida liminar ou tutela antecipada em outras espécies de ação judicial; parcelamento;
- Extinção do crédito tributário. Pagamento; consignação em pagamento; repetição do indébito tributário; pagamento antecipado e homologação do lançamento; dação em pagamento; compensação; transação; remissão; decadência; prescrição; conversão de depósito em renda; decisão administrativa irreformável; decisão judicial passada em julgado. Causas extintivas não previstas no Código Tributário Nacional;
- Exclusão do crédito tributário. Isenção e anistia.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

- Da habilitação aos pretendentes à adoção. Dos Recursos;
- Dos Crimes e das Infrações Administrativas cometidos contra Crianças e Adolescentes;
- Da Proteção Judiciados interesses Individuais, Difusos e Coletivos relativos à Criança e ao Adolescente;





ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- Declaração Universal dos Direitos das Crianças, de 1959;
- Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, de 1989.

DIREITO DO CONSUMIDOR

- Defesa dos Direitos do Consumidor em Juízo. Ações Coletivas para defesa de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos em matéria de consumo;
- Ações de Responsabilidade do Fornecedor de Produtos e Serviços. Coisa Julgada. Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. Convenção Coletiva de Consumo.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

- Teoria Geral do Direito e da Política;
- Direito objetivo e direito subjetivo;
- Fontes do Direito objetivo. Princípios gerais de Direito. Jurisprudência. Súmula vinculante;
- Eficácia da lei no tempo. Conflito de normas jurídicas no tempo e o Direito brasileiro: Direito Penal, Direito Civil, Direito Constitucional e Direito do Trabalho.
- O conceito de Política. Política e Direito;
- Ideologias;
- A Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU).

Florianópolis, 8 de agosto de 2014.

TORRES MARQUES
Presidente da Comissão do Concurso